



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 173ª Reunião Ordinária

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h20, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, por videoconferência, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram presencialmente: Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, José Francisco Dutra da Silva, titular, e Daniel de Souza Coelho, membro suplente no exercício da titularidade; remotamente: Aldo Cuomo, Fábio Teizo Belo da Silva e Juliana Velho, membros titulares, e Ana Luiza Guanaes Marino e Luiz Gustavo de Castro Oliveira, membros suplentes. Pela Fundação, presencialmente: André Veras, Diretor de Segurança; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos; Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa; Maria Isabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete. Remotamente: Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Ana Flavia Cunha Canabrava, Joseane da Silva Prado e Sadrak Alves de Lima, Assessores da Presidência; Renata Simões de Souza, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional; e Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação. Convidados: Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Presidente do Conselho Fiscal, e Guilherme Angelo Lopes, membro do COAUD (Comitê de Auditoria). Aberta a reunião, a Presidente Marina confirmou o quórum, deu boas-vindas e iniciou o **primeiro item da pauta Aprovação da Ata da 172ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, a minuta, previamente submetida aos Conselheiros e ajustada conforme os apontamentos recebidos, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, **segundo item da pauta, Proposta de Atualização da Política de Alçadas (Processo SEI nº 271.00000669/2026-77)**, Hugo, Diretor de Investimentos, apresentou a proposta de inclusão de alçada específica para o AETQ (administrador estatutário tecnicamente qualificado) adquirir títulos públicos federais em carteira própria, em decorrência da atualização do Regulamento de Investimentos e dos apontamentos das áreas Jurídica e de Riscos. Os Conselheiros Dutra e Daniel questionaram a estratégia de aquisição e a manutenção dos títulos até o vencimento. Hugo esclareceu que, no exercício, a orientação é priorizar títulos para carregamento até o vencimento, sem prejuízo de estudo posterior sobre a composição entre marcação na curva e a mercado, considerando rentabilidade, liquidez e volatilidade. O Conselheiro Dutra ressaltou a necessidade de segurança e previsibilidade aos participantes, e Hugo informou que apresentará ao Conselho alternativas de risco e retorno e estudo sobre o rebalanceamento da carteira. O Conselheiro Dutra também questionou a base de cálculo do limite de 5% previsto nas alçadas e o efeito de operações sucessivas. O Conselheiro Fábio pediu maior clareza sobre a incidência desse limite e sugeriu que as competências da Diretoria fossem redigidas como inferiores a 5%, preservando ao Conselho a apreciação do percentual de 5%. O Diretor-Presidente, Sylvio, entendeu que o limite se aplica a cada aplicação ou resgate, e Hugo propôs explicitar a expressão “por evento”. A Presidente

Marina ponderou que a regra deve ser interpretada em conjunto com os limites por investimento e por plano definidos na Política de Investimentos. O Conselheiro Fábio solicitou, ainda, análise mais aprofundada das competências para constituição e encerramento de fundos. Hugo e Sylvio informaram que a matéria será tratada na revisão ampla da Política de Alçadas em curso. A Presidente Marina submeteu à deliberação a atualização apresentada, com o ajuste de que o limite de 5% se aplica “por evento”. Aprovado por unanimidade. Dando continuidade, **terceiro item Relatório Anual do Comitê de Auditoria – COAUD, referente ao exercício de 2025**, Guilherme Lopes, representante do COAUD, apresentou o relatório, em atendimento ao artigo 19 da Resolução PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) nº 23, destacando que o Comitê realizou 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária ao longo de 2025, com interlocução junto às Diretorias, ao Comitê de Investimentos, às áreas técnicas da Fundação, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, à BDO Auditores Independentes e à supervisão da PREVIC. Como principais pontos de atenção a baixa execução do PAINT em 2025 e o volume de planos de ação pendentes e repactuados, com orientação do Comitê para restringir novas prorrogações, especialmente nos temas críticos e de alto risco. A Conselheira Juliana questionou a ausência de prazos detalhados e status suficientemente objetivos; Guilherme concordou e informou que os próximos relatórios passarão a indicar descrição do plano, prazo inicial, repactuações e data final projetada. O Conselheiro Dutra reforçou a necessidade de prazos claros. A Presidente Marina questionou se esse detalhamento constará do próximo relatório anual, ao que Guilherme respondeu afirmativamente. O Conselheiro Aldo recomendou que documentos mencionados no relatório sejam vinculados aos respectivos processos SEI e questionou o status “em andamento” da recomendação 18.25, já vencida; Guilherme reconheceu a necessidade de ajuste do status e explicou o atraso pelo recebimento tardio do laudo atuarial. O Conselheiro Fábio solicitou maior detalhamento das justificativas de prorrogação e conclusão objetiva sobre os avanços de cada área. A Presidente Marina reiterou a necessidade da completa instrução processual para viabilizar a análise do relatório a luz dos documentos nele citados. Sylvio, Diretor-Presidente, informou que a Administração vem consolidando ações comuns as diferentes esferas de controle interno e externo e implantando ferramenta para acompanhamento de tarefas e prazos. O Conselheiro Fábio sugeriu critérios formais de priorização por origem, criticidade e impacto, e o Conselheiro Dutra reforçou a conveniência de maior articulação entre as áreas e de uma tabela de priorização. Guilherme acrescentou que planos complexos vêm sendo divididos em etapas com prazos próprios. O Conselheiro Daniel questionou a distinção entre as atribuições do COAUD e da Auditoria Interna; Guilherme esclareceu que o COAUD acompanha e orienta, enquanto a Auditoria Interna executa os trabalhos, tendo a recente vacância, prolongada no tempo, do cargo de auditor interno afetado sua continuidade. André, Diretor de Segurança, informou que a Administração constituiu comitê de priorização de demandas com representantes das Diretorias. Na sequência, **quarto item Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 2º semestre de 2025**, Demetrius, Presidente do Conselho Fiscal, apresentou os principais resultados e recomendações do colegiado em relação aos planos administrados pela PREVCOM. Informou que a rentabilidade consolidada alcançou 13,12%, superando a meta de referência de 8,96%, embora tenha ficado ligeiramente abaixo da média de 14,29% observada em 294 planos de contribuição definida acompanhados pela consultoria Aditus, mencionando, entre os fatores que contribuíram para essa diferença, a menor exposição da PREVCOM à renda variável. Destacou que 9 dos 10 planos sob gestão atingiram suas metas individuais e que o PGA (plano de gestão administrativa) alcançou rentabilidade de 14,36%, ressaltando, contudo, o desempenho negativo de 44% do FIP Spectra. Na análise orçamentária e de controles internos, destacou a frustração de receitas decorrente da sinistralidade, com impacto de aproximadamente R\$ 2,1 milhões em relação ao orçamento, recomendando o monitoramento das causas e a adoção de estratégias preventivas; apontou diferença de 1.421% na rubrica de serviços atuariais, decorrente do diferimento da emissão de notas fiscais de 2024 para 2025, recomendando o aperfeiçoamento dos controles de governança contratual e do faturamento dentro do respectivo exercício de competência; recomendou a elaboração de plano de contingência comercial e institucional diante do aumento dos pedidos de cancelamento de

inscrições no PREVCOM-RG; sugeriu a revisão das rubricas de outras despesas e de tecnologia da informação e comunicação, visando maior precisão na previsão dos desembolsos; e destacou a redução de 31,55% na portabilidade de entrada, de aproximadamente R\$ 7,6 milhões para R\$ 5,2 milhões, recomendando análise comparativa das condições de portabilidade da PREVCOM em relação ao mercado. Ressaltou, ainda, os avanços no sexto ciclo de avaliação de riscos, concluído em junho de 2025, a necessidade de testes de eficácia operacional da ferramenta automatizada de controle de obrigações desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia da Informação e, em decorrência da auditoria interna realizada no âmbito do PAINT (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna) 2025, o acompanhamento formal das recomendações, com indicação dos planos de ação, responsáveis e respectivos prazos. Destacou também a recomendação de integração das premissas de anticorrupção aos normativos de compras e contratações e registrou a reclassificação da contingência relativa ao PIS/COFINS incidente sobre receitas de aplicações financeiras, cujo valor contingenciado era de aproximadamente R\$ 14 milhões, com cerca de R\$ 13,9 milhões depositados judicialmente, recomendando o acompanhamento do desfecho processual e a avaliação dos respectivos impactos no PGA. O Conselheiro Fábio questionou a existência de recomendações formais do Conselho Fiscal à Diretoria Executiva e as providências para tratar diferenças entre valores orçados e realizados; Demetrius informou que os temas vêm sendo acompanhados nas reuniões, sem conhecimento de memorandos ou ofícios anteriores à sua participação no colegiado. O Conselheiro Daniel solicitou a disponibilização dos indicadores acompanhados pelo Conselho Fiscal, e Vanessa, Diretora Administrativa esclareceu que os indicadores constam dos processos SEI e seriam encaminhados ao Conselho Deliberativo. Vanessa esclareceu que a distorção de despesas reconhecidas em exercício posterior já havia sido corrigida e explicou que os valores de PIS/COFINS permanecem depositados judicialmente. Sylvio, Diretor- Presidente, acrescentou que parte dos apontamentos de sinistralidade e portabilidade depende de fatores externos e que a sistemática de faturamento do contrato atuarial, responsável pela principal oscilação, foi corrigida em 2025. Ao final, o Conselheiro Dutra solicitou registro de sua preocupação com a impossibilidade de novas adesões ao PREVCOM-RG em razão da alteração legal ocorrida em 2020, destacando o impacto sobre a ampliação da base de participantes e contribuições, e questionou novo encaminhamento do tema junto à Casa Civil para eventual proposta legislativa à ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). A Presidente Marina informou que não houve alteração no posicionamento da Casa Civil desde a última discussão. Na sequência, **quinto item Relatório Mensal dos Investimentos – junho/2026**, a Presidente Marina concedeu a palavra a Hugo Mol, Diretor de Investimentos, que apresentou o relatório e o comparativo por segmento elaborado pela Aditus. Hugo destacou desempenho favorável em renda fixa e renda variável e desempenho desfavorável dos investimentos no exterior, que motivou estudos para resgate a partir de agosto, ressaltando a limitada comparabilidade dos FIPs da PREVCOM com os fundos multimercados da amostra. Informou que a carteira supera a Meta PREVCOM, embora permaneça abaixo do CDI em determinados períodos, e ressaltou a necessidade de rebalanceamento entre CDI, crédito privado e títulos indexados ao IPCA. Quanto aos fundos, informou que 24 dos 25 fundos de renda fixa superaram seus alvos e que serão aprofundadas as análises do Fundo de Renda Variável, dos investimentos no exterior e dos fundos imobiliários, com possibilidade de resgates e alocação temporária em CDI. Sobre o Fundo RF LP, esclareceu que a participação da PREVCOM superou o limite gerencial de 25% previsto no Regulamento de Investimentos, sem desenquadramento perante a Resolução CMN nº 4.994, e que o Comitê de Investimentos recomendou o resgate integral, com posterior realocação em NTN-Bs, observadas as condições técnicas e legais. Hugo informou que a Diretoria aprofundará os estudos de rebalanceamento, gestão por plano, fronteira eficiente e revisão da Política de Investimentos, cujo cronograma pretende apresentar na reunião seguinte, com expectativa de submissão da nova Política até o final de novembro. Sobre o Fundo Prevcom Privado Institucional Exclusivo Polo, informou que a Diretoria solicitou manifestação da Aditus sobre o enquadramento da carteira e avaliação da substituição do gestor, mediante aproveitamento, se viável, do processo de seleção anterior e observância dos Comitês Gestores. O Conselheiro

Dutra questionou a conveniência de manutenção do fundo diante da recorrência dos riscos de crédito, rebaixamento de *rating* e desenquadramento, inclusive quanto à liquidação. Hugo esclareceu que a liquidação imediata poderia cristalizar perdas e que a alternativa mais prudente no curto prazo seria substituir o gestor, adotar estratégia mais conservadora e líquida e acompanhar a carteira, sem afastar futura liquidação paulatina. O Conselheiro Daniel solicitou esclarecimentos sobre a gestão da Polo e sobre as instituições que poderiam participar da substituição, e Hugo informou que o processo anterior recebeu cinco propostas de instituições consideradas aptas. Na sequência, Hugo apresentou prévia do estudo contrafactual, que apontou desempenho da composição atual superior ao target da Política de Investimentos nos nove planos e nas janelas analisadas, favorecido pela sobrealocação em CDI e pela menor exposição a ativos indexados ao IPCA, sem afastar a necessidade de maior aderência às diretrizes de alocação. O Conselheiro Dutra questionou o cenário de juros nos Estados Unidos e seus reflexos; Hugo afirmou que decisões do FED (banco central dos Estados Unidos) não tem impacto relevante na taxa de juros do Brasil no curto prazo e destacou como principal preocupação o cenário fiscal brasileiro e seus efeitos sobre inflação e juros, mantendo-se, no curto prazo, estratégia prudente com recursos em CDI e gradual ampliação de títulos públicos. O Conselheiro Aldo questionou o peso zero do CDI no *target*, e Hugo esclareceu que a Política não previa alocação estratégica em caixa, embora recursos temporários sejam direcionados ao CDI. O Conselheiro Aldo também pediu atualização do estudo sobre correlação entre mandatos de fundos e sugeriu sua retomada em conjunto com a revisão da Política de Investimentos, para avaliar rebalanceamento e eventual redução de fundos com mandatos semelhantes. Hugo informou que o estudo permanece em andamento, e a Presidente Marina acolheu a sugestão para organização da pauta no calendário de matérias até dezembro. Na sequência, **sexto item Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação pela Auditoria**, a Presidente Marina concedeu a palavra a Sueli, Chefe da Auditoria Interna, que apresentou os planos considerados prioritários, previamente compartilhados com o COAUD. Na posição de 20 de julho, havia 39 planos ativos, sendo 14 vencidos e 25 vincendos. Para os vencidos, Sueli informou que proporá tratamento de transição, com reavaliação pelos diretores e apresentação ao COAUD, em até 90 dias, de cronogramas exequíveis e justificativas; para os vincendos, eventuais prorrogações ficarão limitadas a 50% do prazo original ou a 90 dias, mediante aprovação do COAUD. Destacou como principais frentes continuidade de negócios, segurança da informação, LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a contratação da FIA (Fundação Instituto de Administração) para apoio técnico em governança, sucessão e gestão de riscos; investimentos, perfis de acesso, integridade, planejamento estratégico, transparência e quadro de pessoal. Informou também que a ferramenta de acompanhamento dos planos e riscos passará, a partir de agosto, a ser alimentada diretamente pelas áreas, permitindo controle por etapas e prazos e favorecendo a consolidação de ações semelhantes. Após revisão, três planos serão baixados e uma recomendação retornará ao acompanhamento até a efetiva instituição e atuação do comitê de riscos. A Presidente Marina avaliou que o novo formato atendeu à expectativa do Conselho e propôs que o acompanhamento da execução do PAINT (Plano Anual de Auditoria Interna) seja apresentada quadrimestralmente, sem prejuízo de comunicações que a auditora entender convenientes, nos intervalos. Os membros do colegiado manifestaram concordância com a proposta de apresentação do acompanhamento de execução do PAINT passar a ocorrer quadrimestralmente. Em continuidade, **sétimo item Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos**, Renata, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, apresentou a redução de 19 para nove planos vinculados a riscos altos e críticos. Destacou, em Tecnologia da Informação, ações relacionadas ao sistema de gestão de clientes *CRM Salesforce*, continuidade de negócios, recuperação de backup, segurança da informação, monitoramento de *dark web* e seguro cibernético; na Diretoria Administrativa, inclusão de cláusulas de continuidade e níveis de serviço em contratos relevantes e treinamento de gestores e fiscais; e, na Diretoria de Relacionamento Institucional, medidas para reduzir o risco de informações inadequadas prestadas por agentes da seguradora. O Conselheiro Dutra destacou a relevância dos testes de backup e do treinamento de gestores e fiscais. O Conselheiro Daniel questionou a ocorrência de casos envolvendo

agentes da Mongeral; Renata e Ugo Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional, esclareceram que houve adesões questionadas e valores a restituir, estoque já regularizado, e que passaram a ser adotados treinamento recorrente, monitoramento, manual de conduta e afastamento da operação de agentes com ocorrências reiteradas. O Conselheiro Fábio questionou os contratos considerados e os critérios de priorização; Renata informou que a relação abrange diferentes áreas e considera valor, complexidade e criticidade. Os Conselheiros Fábio e Daniel ponderaram que a comparação deveria adotar base anual uniforme para evitar distorções entre contratos com prazos distintos, e Vanessa, Diretora Administrativa concordou em reavaliar o critério com a área responsável. A Presidente Marina propôs a periodicidade bimestral para apresentação do relatório de acompanhamento dos planos de ação do mapa de riscos, de modo a permitir melhor percepção da evolução das ações. Os Conselheiros Juliana, Fábio e Dutra concordaram, ficando a próxima apresentação prevista para a reunião ordinária a realizar-se em setembro de 2026. Na sequência, **oitavo item Relatos e Comunicações do Diretor-Presidente**, Sylvio informou que a gestão completa dois anos e pretende apresentar, no mês seguinte, balanço do período e diretrizes para os próximos dois anos, além de promover evento com colaboradores, Conselhos Deliberativo e Fiscal, incluindo titulares e suplentes, e COAUD, em formato e data a serem alinhados com as Presidências dos Conselhos. Comunicou também o avanço do Planejamento Estratégico e do Orçamento, com previsão de apresentação das propostas finais em setembro, e do concurso público, cuja prova está prevista para setembro e as posses para janeiro. O Conselheiro Daniel questionou a procura pelo concurso, e Vanessa informou que aproximadamente 6,7 mil candidatos concluíram as inscrições para 64 vagas, após cerca de 10 mil registros iniciais. Por fim, **nono item Relatos e Comunicações da Presidência do Conselho**, Marina tratou do cronograma da proposta orçamentária. Sylvio informou que a Diretoria pretende apresentá-la na reunião de setembro, em alinhamento com o Planejamento Estratégico, e Vanessa informou que as discussões internas estavam em conclusão. Marina ressaltou que o processo deverá estar integralmente instruído, com aprovação da Diretoria, notas técnicas e parecer jurídico, até 5 dias úteis antes da reunião de setembro, conforme estatuto, indicando 16 de setembro como referência. Sylvio manifestou interesse em apresentação prévia aos Conselheiros caso os trabalhos sejam concluídos antecipadamente. Marina ponderou que o Orçamento exige análise integral da proposta, admitindo apresentação preliminar em agosto se o material estiver suficientemente estruturado. Sobre a relação entre Orçamento e Planejamento Estratégico, Marina reiterou que o Planejamento possui horizonte plurianual e o Orçamento constitui instrumento anual de execução das diretrizes já estabelecidas, não devendo sua apreciação ficar condicionada à revisão anual do Planejamento; Sylvio esclareceu que as peças estão sendo desenvolvidas de forma alinhada. Marina informou, ainda, que a Diretoria Executiva pretende submeter na reunião seguinte estudo sobre a necessidade de manutenção do registro cartorial das atas de posse. Esclareceu que essas atas, embora assinadas no SEI, publicadas no portal e encaminhadas à PREVIC, ainda são registradas em cartório, gerando custos financeiros e operacionais e exigindo atas apartadas. Para fins de registro e adequada consolidação das informações relacionadas às adesões de municípios encaminhadas aos órgãos de supervisão, a Presidente Marina consignou que, no âmbito da 157ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada na mesma data, o Conselheiro Dutra solicitou relatório sobre as adesões de municípios realizadas pela PREVCOM, contemplando sua conversão em participantes e aportes, os custos de prospecção e adesão e as perspectivas de expansão, especialmente para entes de maior porte. Sylvio informou que o tema integrará o balanço dos dois anos de gestão, previsto para apresentação na reunião ordinária de agosto, e Ugo Garcia acrescentou que a área já dispõe de dados sobre adesões, potencial de mercado e tratativas em curso, devendo aprimorar os indicadores de efetividade com a implantação do sistema de gestão de clientes. O Conselheiro Fábio manifestou preocupação com a capacidade operacional da PREVCOM para absorver o crescimento decorrente de novas adesões, especialmente quanto aos sistemas e ao atendimento futuro, e com a sustentabilidade jurídica das adesões diante de possíveis incompatibilidades entre legislações municipais e a legislação federal. Ugo Garcia, esclareceu que a Diretoria realiza análise prévia das normas locais e

solicita adequação normativa ao ente quando as inconsistências impedem o prosseguimento da adesão. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Marina Brito Battilani

Presidente do Conselho

Aldo Cuomo

Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva

Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva

Conselheiro

Juliana Velho

Conselheira

Daniel de Souza Coelho

Conselheiro Suplente no Exercício da Titularidade

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 21/08/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 21/08/2026, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 21/08/2026, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 21/08/2026, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 21/08/2026, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Souza Coelho, Conselheiro**, em 21/08/2026, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador

0118060191 e o código CRC 4ABE6BA1.
